



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 03 DE JUNHO DE 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Com a presença dos Vereadores Francisco Chagas, da Comissão e Claudio Fonseca, da Educação, declaro aberto os trabalhos da 11ª audiência pública que a Comissão realiza no ano de 2011.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Auditórios online.

Foi convidado para esta audiência pública o Sr. Alexandre Alves Schneider, Secretário Municipal de Educação, como já informei, está a caminho.

Enquanto aguardamos a presença do Sr. Secretário, suspendemos os trabalhos.

- Suspensos os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Francisco Chagas.

---

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Está presente o Sr. Alexandre Schneider, Secretário Municipal de Educação, que estava em uma atividade na Assembleia Legislativa.

Sr. Secretário, estamos numa audiência pública da LDO e a proposta é que V.Exa. possa expor não somente as metas, como também da proposta da LDO agora em pauta. Depois, passaremos a palavra às pessoas presentes no plenário para que possam se manifestar e, em seguida, aos Srs. Vereadores.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

**O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER** – Cumprimento os Vereadores Francisco Chagas e Claudio Fonseca e a todos os presentes.

Peço desculpas pelo atraso. Hoje, houve uma discussão para a qual fui convidado, na Assembleia Legislativa, sobre o Plano Nacional de Educação. Fui convidado pela Comissão que está trabalhando esse plano no Congresso Nacional e, infelizmente, a Mesa acabou atrasando lá, o que acarretou o meu atraso aqui.

Gostaria de dizer um pouco como caminhamos até agora e mostrar a importância desta LDO para que reflita num avanço maior ainda no ano que vem.

Da Educação Infantil à Educação Fundamental, tivemos grandes avanços. No caso da Educação Infantil, eles ainda estão aquém do que a Cidade precisa, mas houve avanços bem grandes.

No caso do atendimento em creche, conseguimos avançar de 60 mil crianças atendidas para 130 mil em dezembro do ano passado. Hoje os dados são públicos, estão no site da Secretaria. Atendemos 194 mil crianças.

Se somarmos o que São Paulo atende com a demanda existente, São Paulo atende hoje 60% da demanda registrada. Estamos discutindo no País o atendimento de 50% da demanda até daqui a 10 anos.

Embora a gente saiba que ainda há necessidade de continuar a evoluir e caminhar na evolução de novas unidades e expansão do atendimento, é importante expor o que fizemos até o momento.

Todas as cidades brasileiras têm um compromisso com relação à pré-escola que já está na lei de garantia de atendimento da demanda integral até 2016. Nós fizemos, por orientação do MEC, uma resolução publicada em junho, uma reforma na educação infantil em que a gente possibilitou que os alunos ficassem um ano a mais na creche, estabeleceu dois estágios na pré-escola, como está previsto pelo Conselho Nacional e pelas diretrizes do MEC, uma resolução do ministro, que garante hoje com que em alguns distritos a gente já tenha a demanda praticamente atendida na cidade de São Paulo. Em outros distritos, como especialmente na zona Sul, especialmente o Grajaú, a gente ainda tem um desafio muito grande, um desafio para atender na pré-escola e na etapa creche. Isso vai ser conseguido com convênio, com novas construções, mas é preciso que a gente tente trabalhar numa discussão de uso e ocupação do solo, porque as pessoas moram lá, estão lá, elas não vão sair de lá e elas precisam ter, tanto da saúde com da educação, um atendimento adequado próximo de

suas residências. Então é uma questão que nós precisamos começar a discutir com uma certa urgência.

Do ponto de vista dos recursos, a gente teve um salto no orçamento da educação infantil, sem contar os salários, entre 2004 e 2011, de 170 milhões de reais para um bilhão de reais, que é o orçamento deste ano dedicado à educação infantil, sem contar os salários. Por que não contamos os salários? Porque como houve um aumento de salários bastante grande e houve uma nomeação de profissionais bastante grande nesse período, seria um dado difícil de se comparar essa evolução dos recursos que vão para a educação infantil. No caso dos salários, a gente de deve encaminhar para esta Casa, que sempre apoiou e sempre melhorou os projetos, inclusive nessa questão, o novo piso, que é de dois mil e 600 reais para os nossos profissionais da educação. Saímos de um piso de mil e 200 para um piso de dois mil e 600 para os professores. Com relação às nomeações, nesse período nomeamos cerca de 25 mil profissionais, o que também é um número bem elevado. Nós temos hoje 54 mil professores, 84 mil profissionais, contando todos os profissionais da educação e os professores.

Com relação à forma de atender, o nosso desafio no caso da creche é continuar expandindo esses recursos, no caso da pré-escola expandir o atendimento em seis horas. Então nós tínhamos 994 EMEIs, que são escolas que prestam atendimento na pré-escola, em três turnos diurnos, turnos de quatro horas, e passamos hoje a ter treze apenas. No caso do ensino fundamental, nós ampliamos o tempo de permanência na escola, nós tínhamos quatro horas de aula para todos, hoje nós temos cinco horas de aula para a grande maioria. Esse foi possibilitado com as novas construções, nesse período foram construídas 258 novas unidades da educação infantil ao ensino fundamental, o que possibilitou com que a gente saísse, também no ensino fundamental, de uma situação de ter 75% das escolas em três turnos diurnos para 7%. Em números absolutos, eram 329, hoje são 39. Além de reduzir o turno a gente mudou a carreira dos profissionais, com o apoio desta Casa, reorganizou a grade escolar, o que possibilita com que os alunos, nas escolas de dois turnos, tenham no mínimo

cinco horas de aula por dia, o que garante que essa lei que hoje está no Senado, que estipula um mínimo de 960 horas no ensino fundamental por ano, já esteja superada pelo município em grande parte, porque nós temos, no mínimo, mil horas, e algumas escolas já estão expandindo o tempo de permanência para sete horas, dos seus alunos, com atividades diversas, da recuperação dos esporte, ao xadrez, nós temos hoje 50 mil jogadores de xadrez na rede municipal, o maior programa de xadrez educativo do Brasil, um dos maiores do mundo.

Então, o que nós precisamos é garantir, na LDO do ano que vem, os investimentos fortemente na Educação Infantil, que visem à expansão do sistema. Isso precisa estar colocado na LDO e na Lei Orçamentária, seja aumentando os recursos financeiros, seja prevendo a construção, seja prevendo a nomeação de novos profissionais. Vamos precisar de mais professores a partir do ano que vem.

Fizemos isso, reduzindo o número de alunos por sala. No primeiro ano, o módulo hoje é de 30 alunos por sala, que é cumprido praticamente em todas as nossas unidades. Nos demais anos, 35, que é cumprido. E, em algumas unidades, há menos do que isso nas turmas, menos do que 35 alunos por sala. Esses dados estão, escola por escola, a média geral; também escola por escola, no *site* da Secretaria.

Do ponto de vista dos investimentos, foram 257 e não 258 unidades construídas nesse período. Hoje temos 17 obras em andamento na Cidade, três que devem entrar agora e 211 que estão em processos diversos, entre licitação e contrato. Deve sair, ainda essa semana que vem, no início de semana, uma licitação grande para a construção de 155 novas unidades na cidade de São Paulo, o que vai possibilitar a redução total dos turnos nas Escolas de Ensino Fundamental, vai possibilitar que essas 13 escolas, essas 13 EMEIs que ainda estão em três turnos na Pré-Escola, possam passar para dois turnos e atender em seis horas e vai possibilitar com que tenhamos a demanda praticamente toda atendida, se não toda, em toda a Cidade, na Pré-Escola. Mas, mais do que isso, esses investimentos - que têm de estar previstos na LDO essa expansão - vão ajudar com que o próximo Prefeito, o próximo Secretário de Educação

não tenham o problema que ocorreu no passado com a universalização do Ensino Fundamental. As escolas de lata, as famosas escolas e salas de lata nasceram, no fim dos anos 90, início dos 2000, por conta da necessidade de se universalizar o Ensino Fundamental, que estava previsto em lei, e do fato de a Prefeitura não ter condições de atender com rapidez e ter de construir em regiões onde não era possível, à época, construir.

Esse problema, com a reorganização da Educação Infantil e com esses investimentos, nossa cidade não vai mais precisar passar, o que é muito importante, e vai ser possível a esta Casa e ao Executivo, no futuro, poder estabelecer com mais clareza onde deve expandir o sistema do Ensino Fundamental.

Com relação à ampliação da jornada, que também é uma meta que está na Agenda 2012 e que deve constar também na LDO, nosso objetivo é trabalhar inicialmente com aqueles alunos que têm mais dificuldade e dar autonomia para as escolas para que elas decidam como trabalhar. Então, a escola vai submeter seus projetos às Diretorias Regionais de Educação e aos Supervisores Escolares para fazer essa expansão que, como eu disse, vai desde programas de recuperação paralela, fora do horário, até as Salas de Apoio à Inclusão, que temos hoje quase 400 Salas de Apoio à Inclusão - saímos de perto de 100 para 400 -, garantindo a inclusão no Ensino Regular, o xadrez, o esporte e as bandas, uma série de projetos que as escolas fazem e têm de fazer com liberdade. Quer dizer, a Secretaria e esta Casa têm de garantir os recursos e têm de garantir uma linha de como esse trabalho deve ser feito, mas a escola tem de definir, na sua comunidade, como é que vai fazer essa expansão, quais espaços vão ser utilizados, se vai usar espaços próximos à escola, se vai usar dentro da escola, quantos alunos vão ser beneficiados no processo inicial e isso está em curso. O Prefeito acabou de soltar um decreto, regulamentando esse programa e uma portaria. Isso precisa estar também previsto nas nossas discussões futuras e na LDO

Com relação à jornada de cinco horas de aula por dia, temos hoje 415 mil alunos. Quer dizer, a grande maioria dos alunos já está em cinco horas. A média do número de alunos

por sala de aula caiu de 35,3, em 2005, para 30,4, em 2011 - lembrando que, como tratamos de média, ela pode ter distorções e existe um número maior de alunos em algumas regiões da Cidade.

Os recursos passados para a escola diretamente, a partir de 2005 vêm crescendo ano a ano, a escola decide onde investir. Em 2005, foram 14 milhões de reais. O previsto para este ano está em torno de 45 milhões de reais. Isso é importante, porque as escolas resolvem suas questões lá. Apesar da manutenção, sempre tem uma ou outra coisa que a escola pode fazer rapidamente e utilizam isso para o seu projeto pedagógico.

No caso da valorização dos profissionais, como eu disse, saímos de um piso de 1.200 para 2.600 e temos de ter uma indicação de que isso vai continuar. É importante que o professor ganha bem para que ele possa desempenhar melhor suas funções, para que possamos manter os melhores profissionais, para que possamos trazer melhores profissionais para nossa rede.

Nos últimos concursos, o que temos visto é que tem aumentado cada vez mais o número de interessados, tem dobrado, de um concurso para outro, o número de interessados. Mas, além do aumento, volto a dizer, precisamos prever a expansão do número de profissionais para garantir com que essas escolas novas já tenham os profissionais previstos. Esta Casa já deu uma grande contribuição este ano, ao ampliar o Quadro de Profissionais da Educação, mas, quando estivermos discutindo especialmente a Lei Orçamentária, vamos precisar discutir com clareza, porque ela vai definir quantos profissionais teremos no ano que vem e aí vamos trabalhar para garantir isso tudo.

Há uma questão importante também. Eu falei rapidamente da questão da inclusão. São Paulo tem hoje um programa que é talvez um dos melhores programas de inclusão de alunos com algum tipo de deficiência na rede. Hoje temos transporte escolar especial para esses alunos, que não é o Atende, é um transporte especializado; temos um estagiário em sala para apoiar o professor que tenha um aluno com algum tipo de deficiência, porque a questão é

que esse aluno precisa ter o apoio ali; temos hoje um mobiliário específico para esses alunos, uma ata que possibilita ao Diretor da Escola receber um aluno com algum tipo de deficiência e possa chamar uma empresa que vai lá, mede esse aluno e, junto com um fisioterapeuta, vê suas condições funcionais e faz com que ele possa ter um mobiliário específico - feito sob medida para ele, tanto para a sala de aula, quanto para o refeitório, quanto para a Sala de Informática.

Além disso, hoje, com a Saúde, temos uma parceria para que esses alunos possam ter um profissional chamado de Auxiliar de Vida Escolar, que ajuda esse aluno na sua locomoção na escola. Temos alunos com sondas, alunos com fralda, alunos com paralisia cerebral, que estão no Ensino Regular e eles precisam de um apoio especializado, muitas vezes, para se trocar, para conseguir comer, enfim, para conseguir ter a sua aula ali, que é o que preconiza a lei, que é o que preconizam todas as diretrizes do Ministério da Educação e São Paulo está cumprindo isso. Mas essa questão, cada vez mais, tem de estar prevista na nossa legislação, seja no Orçamento, seja na LDO, seja no Plano Plurianual. Hoje já temos 15.600 professores que foram formados. São 170 veículos de transporte escolar adaptados até 2012, então isso precisa estar na LDO, que é algo que está nas metas. E os convênios com as entidades especializadas servem ao contraturno escolar para o desenvolvimento desses alunos.

O Ensino Fundamental de nove anos, que estava nas metas, já foi implantado. E aí eu acho que o caminho que vamos ter de fazer - e aí, como cheguei atrasado, vou encerrar por aqui para fazer a discussão com todos - é colar a Agenda 2012, o nosso Programa de Metas à LDO e à Legislação Orçamentária para que possamos ter condição de trabalhar e de executar esse programa.

Há muita coisa ainda para fazer na Educação. Como eu disse, há 211 obras que estão em diversas fases de licitação, estamos ainda procurando terrenos. Nossa idéia é, ao longo do ano que vem, além dessas 155 escolas que devem sair licitação na semana que vem

e devem ser construídas este ano - talvez escorregue alguma coisa para o início do ano que vem -, porque, na verdade, é só a proposta de preço que vai ser aberta, foi uma pré-qualificação, então não é uma licitação que vai demorar quatro meses, que deixemos montado um plano de obras para a próxima gestão que, obviamente, vai estudar, vai ver se faz ou não, mas é importante que tenhamos uma discussão também clara e, de alguma forma, deixemos um planejamento pronto. Esse é o nosso compromisso para a próxima gestão conseguir especialmente resolver a questão da Pré-Escola, se ela já não estiver resolvida - em boa parte da Cidade, vai estar -, para que garantamos a tranquilidade para os próximos gestores e para a população de São Paulo.

Então, estou aqui à disposição de todos para esse debate. Mais uma vez, peço desculpas, é um atraso involuntário, não costumo chegar atrasado nesta Casa. Aliás, eu estava vindo, Chagas, ali do Plenário para cá e aí o funcionário que abriu a porta para mim falou: "Acho que é melhor o senhor mudar para cá, porque o senhor está toda hora aqui". (Risos) Assim, eu poderia ter mandado alguém para vir aqui falar, mas prefiro eu estar aqui, em respeito a vocês Vereadores, em respeito à população e em respeito a esta Casa a quem só tenho de agradecer pelas críticas e pelo apoio que deu à nossa política da Educação e que possibilitou com que avançássemos tanto aqui em São Paulo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Obrigado, Secretário.

Vamos fazer aqui o procedimento resolvido de início: vamos abrir agora ao Plenário. Aquelas pessoas que desejem fazer uma questão, apresentar alguma sugestão, que se inscrevam na Secretaria ali ao lado.

Já temos em mãos a inscrição do Fábio - por enquanto, somente essa. Se alguém, durante sua fala, quiser se inscrever, que o faça ali na Secretaria.

**O SR. FÁBIO** - Bom dia a todos. Saúdo a Mesa presente, o Vereador Relator

Francisco Chagas o senhor o Vereador da Comissão de Educação, Claudio Fonseca; o Secretário Municipal da Educação, Doutor Alexandre Schneider; a equipe de Assessoria da Secretaria de Educação; a população, os servidores e Conselheiros presentes.

Vou começar minha fala, ratificando três propostas, três temas que não estão na LDO 2012 e que julgo necessário colocar, até para a Relatoria.

Primeiro tema, construção de CEUS. Não está constando, em 2012, construção de nenhum CEU. Será que o programa foi abandonado? E aproveito para perguntar: os dois CEUs não inaugurados quando o serão? Ou aquela promessa injuriosa de 2008, dos 25 CEUs, não será cumprida? Aliás, promessa que envergonha a cidade de São Paulo, pois o "CEU" dito na Heliópolis não é CEU, é outro equipamento educacional. Portanto, acho que chega de mentiras em São Paulo.

Segundo tema, Conselho Municipal da Educação, não está também como diretriz na LDO 2012. Será que vai ser extinto o Conselho Municipal da Educação? O que dizer disso? É necessário colocar como questão de controle social, de participação. Não está na LDO 2012.

E, por fim, dentre outros temas, a questão do Projovem urbano. Será que esse programa não será utilizado para todo o sempre na cidade de São Paulo? Não está também na LDO 2012 e a verba desse programa foi desviada em vários anos recentes dessa questão. Gostaria de saber. A Secretaria da Educação não pode se recusar a fazer um programa federal. Isso é uma coisa que não se tem notícia na cidade de São Paulo, esse acontecimento.

Agora, entrando nos temas dos equipamentos. Gostaria de saber, junto ao Secretário, quantas creches foram construídas em 2010. O Plano Plurianual falava em criar nove creches como meta para 2010; em 2011, 55 creches. Também gostaria de saber, das 55, quantas estão prontas em 2011, de janeiro até a presente data; em 2012, na LDO, acho que houve um equívoco: apenas uma nova creche para a Cidade de São Paulo em 2012? Como explicar tal absurdo na LDO, que, por si só, envergonha o PL 183 e a própria Secretaria de Educação? Uma nova creche só em 365 dias do ano que vem. Não há explicação plausível

para uma coisa dessas. É dever dos Vereadores corrigir esse número, haja vista que, em 2007, essa gestão só inaugurou duas creches; em 2009, apenas uma. Ou seja, cadê o respeito com a questão das creches? Esses são dados do Tribunal de Contas, que já está alerta a essa questão. Em 2010, só foi usado um terço da verba, ou seja, não foram utilizados dez milhões, da dotação 14.5.2 (?). Foram usados 5,1 milhões e a dotação era de 15 milhões, aprovada por esta Casa. Então, parece que a questão de creche não conta com grande seriedade a respeito.

Questão da EMEI, problema semelhante. Em 2010, eram nove. Gostaria de saber quantas foram inauguradas. Em 2011, 127 EMEIs. Gostaria de saber, até o presente momento, quantas foram inauguradas. Em 2012, sete EMEIs programadas no PL 183. Gostaria de saber se isso vai ser cumprido, pois também, no quesito EMEIs, por exemplo, em 2009, só foram computadas cinco EMEIs feitas. Imaginem, é pouco, não? A cidade de São Paulo, em um ano, fazer só cinco novas EMEIs realmente é bastante absurdo. E a dotação orçamentária, então, 15% utilizada em 2010: eram 22 milhões e foram utilizados 3,5 milhões, dados da própria Secretaria.

EMEFs, um caso também bastante curioso: a meta para 2010 era de 51 EMEFs. Quantas EMEFs foram construídas em 2010? É necessário colocar claramente isso, não foi apresentado pelo senhor. Quantas EMEFs foram inauguradas de primeiro de janeiro até 31 de dezembro de 2010? Foram 51? É o que está na legislação. Em 2012, apenas uma. Será que a Câmara vai aceitar que só faça uma nova EMEF para 2012? Está no plano, está na Lei enviada pela Secretaria de Planejamento. Outra vergonha na cidade de São Paulo.

Vergonha também no que tange à questão do projeto apresentado. Aliás, a verba de EMEF foi a menor em quatro anos: de 50 milhões, a menor verba, desde 2006, na cidade de São Paulo, para construir escolas de primeira à oitava séries. Um absurdo. Realmente, são dados que enxovalham a cidade de São Paulo. Está aqui nos relatórios orçamentários.

E as duas últimas questões. Há um projeto de lei nesta Casa, de quarta-feira, para a venda do famoso quarteirão do Itaim Bibi para, pretensamente, fazer educação, unidades

escolares. Gostaria de dizer que é esse projeto é repugnante e certamente a Câmara tem de reagir à venda da Biblioteca Anne Frank, ou seja, alienar um patrimônio municipal, a sede da APAE. Será que se vai permitir mais uma vergonha dessa para, pretensamente, fazer unidades educacionais que não serão feitas? Haja vista o dinheiro que havia e que desapareceu.

E, por fim, gostaria de uma explicação de um tema que o Secretário não abordou, a questão da merenda escolar. Em maio, o Fantástico exibiu reportagem, citando duas empresas que são pagas pela Prefeitura e suspeitas. Gostaria de saber se essas empresas suspeitas vão continuar sendo pagas pela Prefeitura de São Paulo, ou seja, que... Inclusive, em João Pessoa, uma das empresas dá uma merenda de qualidade abaixo do lixo. Gostaria de saber como anda a merenda, porque isso é a verba pública da sua Secretaria, que está sendo paga na área na questão da merenda escolar.

É isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Obrigado, Fábio.

Há mais alguém? Consulto a Secretaria se há mais alguém inscrito? (Pausa) Não.

Consulto o Vereador Claudio Fonseca se quer fazer uso da palavra.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** - Gostaria de ouvir o Secretário para, depois, fazer algumas considerações. Acho que seria de bom termo ele responder.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Então, eu vou fazer os questionamentos, que eu estava pensando, Vereador, que pudéssemos apresentar todo o questionamento e, depois, passaríamos para o Secretário.

**O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER** - O senhor que sabe.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** - Acho que, no encaminhamento que V.Exa. havia dado anteriormente...

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Não tem problema.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** - ... De que a reunião é destinada ao público e foram feitas algumas indagações pelo Fábio, a Secretaria poderia responder e, depois, tanto V.Exa.

quanto eu faríamos depois as considerações.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Sem problema, deixo a seu critério.

Antes de passar para o Secretário, gostaria de fazer também alguns questionamentos.

Em relação à questão das creches, sabemos que há um trabalho feito por meio das PPPs que gostaria que o senhor pudesse nos informar como anda a Parceria Público-Privada para a realização dessas creches que, de fato, é uma demanda muito forte na cidade de São Paulo e era um compromisso do Governo que se elegeu, resolver o problema de creches.

Outra coisa, o senhor passou pela questão da construção das escolas. Gostaria que o senhor retomasse isso, porque por várias vezes conversamos e sei que não foi só comigo, o senhor deve ter conversado com muitos Vereadores sobre esse assunto e temos uma demanda muito forte pela construção de escolas, o senhor mencionou.

Agora, há um problema também em relação aos terrenos que sempre foi um limitador, pelas informações que recebemos. O Secretário de Planejamento e o de Infraestrutura, os dois, aliás, nesta Casa, nos informaram que o problema de terrenos e de áreas não existe mais, porque já foram identificadas as áreas, elas já estão disponíveis e, obviamente, não só a área de Educação como as demais áreas estariam disponíveis para realizar as obras necessárias.

Ainda com relação a isso, quanto ao método construtivo, uma vez que o original era adotar pré-fabricados que, segundo se diz, seria mais rápido, embora mais caro. Gostaria também que o senhor pudesse falar sobre isso.

Em relação aos terrenos, se é verdade - creio que sim - que já temos terrenos disponíveis, áreas disponíveis, se o senhor poderia declinar essa relação para esta Casa poder obter.

Sobre o CEU, o Fábio mencionou.

Agora, eu queria também que o senhor falasse dessa questão dos atrasos na

entrega dos uniformes, porque uma rede de TV - não me lembro do nome, mas, se lembrasse, também não iria fazer propaganda dela - fez uma reportagem muito forte, tratando do problema dos uniformes, da entrega. Vejo que, pela LDO, estão sendo previstos 270 mil unidades para os alunos de Educação Infantil e 600 para os alunos de Ensino Fundamental. Quer dizer, o que há de problema na logística e o que há de solução que a Secretaria possa apresentar, porque sabemos a necessidade do aluno da rede pública em obter esse material.

Outra coisa que também gostaria, essa questão dos alunos com necessidades especiais. Aliás, procurei a Secretaria, por meio do Secretário Belizário, Marcos Belizário, para discutir o problema das pessoas com necessidades especiais, pelo fato de um acordo corporativo de uma categoria profissional. Lá me deparei com a situação que, segundo o Secretário, está construindo um censo municipal de pessoas com necessidades especiais. Uma lei de minha autoria nesta Casa previa fazer o cadastramento. Quer dizer, não temos o cadastro, pelo menos de maneira organizada ainda, o cadastro é muito limitado, parece que reúne em torno de 77 mil pessoas - sabemos que é muito mais. Mas, de qualquer forma, perguntaria também ao senhor, pela oportunidade, se hoje é possível integrar os bancos de dados, se existe na Secretaria um banco de dados que identifique as necessidades especiais dos alunos, porque estamos pensando aqui na operação de LDO. Agora, a Casa e o Município precisam ter isso para pensar políticas públicas para frente, para o futuro. Então, pergunto ao senhor se isso está organizado.

E na mesma linha também tem um projeto de minha autoria na Casa, cheguei a conversar com o senhor que é do Censo Municipal da Educação. Qual é a possibilidade de incluirmos no Orçamento, na LDO e da perspectiva concreta de termos um censo municipal da educação. Por onde passamos essas necessidades são temporárias, vão se transformando. Quantas crianças estão na rede, quantas pessoas precisam ser alfabetizadas, qual é a idade, se tem de ter necessidade especial ou não? Qual é a possibilidade de realizarmos concretamente e, em que período, o Censo Municipal de Educação, poderia ser feito?

Por hora é só.

Passo a palavra ao senhor e, depois o Vereador Claudio Fonseca fará uso da palavra.

**O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER** – Vamos responder primeiro ao Fábio.

Os CEUs não foram abandonados. Tínhamos 21 e hoje temos 45. Além de não ser abandonado hoje temos no CEU uma série de atividades de formação de crianças, alunos, jovens, que vão desde a música até o esporte, tem peças de teatro e músicos que estão indo se apresentar. Há teatro que as pessoas não teriam condição de assistir e estão, por exemplo, a Glória Menezes acabou de excursionar por nossos CEUs e deu uma entrevista dizendo que foi a melhor coisa que fez na vida. Tanto ela como outros músicos têm se apresentado. Temos uma série de atividades nos CEUs hoje desde hidroginástica para bebê até corrida para idosos. É só visitar, é só procurar. No *site* da Secretaria tem toda a programação. Com relação à construção de novas unidades, já declarei isso outras vezes: enquanto não resolvermos o problema da Educação Infantil em São Paulo e do terceiro turno não é razoável construirmos um CEU. Já ampliamos mais do que o dobro do que encontramos. Eram 21 e hoje são 45. Com relação ao CEU de Heliópolis eu sugiro que você procure a comunidade de Heliópolis porque eles têm uma visão bem mais positiva do que você. Diferentemente da política tradicional eu fui na comunidade discutir com eles a construção. Tudo o que está construído lá foi decisão deles. Tivemos um trabalho com o arquiteto Ruy Ohtake que trabalhou de graça para a Secretaria e para a comunidade e, desde o início, fomos construindo pedra por pedra do que estava ali. Cada uma das unidades, das três de creches, foi escolhida pela comunidade de Heliópolis. A escola técnica que colocamos dentro do complexo, que nenhum CEU tem, este tem, foi escolhida pela comunidade que, inclusive, participou da discussão de escolha dos cursos. Lá está o Baccarelli que hoje dá aula no contraturno escolar de música para mil alunos da comunidade e vai expandir o seu trabalho. Tem um centro cultural que foi desenhado do jeito que a comunidade pediu. É diferente dos outros, não é um modelo padrão. Não veio de

cima para baixo, veio de baixo para cima e eu acredito nisso. Vale a pena você conversar com eles. Agora tem uma segunda fase de obras. Vamos construir lá uma biblioteca comunitária, vamos construir um centro esportivo e um prédio par ajuntar todas as atividades sociais que ocorrem na comunidade, desde o trabalho com crianças de risco até as demais atividades. Vale a pena dar uma olhada e conversar com o povo de lá. Eles são melhores do que eu para justificar o investimento que fizemos lá.

Com relação ao Pró-Jovem Urbano, não está na minha Secretaria. Mais do que isso, não sei se houve uma recusa do Município, as gostaria que você formalizasse a denúncia de desvio de dinheiro no Município de São Paulo para a Câmara Municipal para que pudéssemos investigar. Quem desviou, quanto desviou, acho que você não pode chegar aqui em lugar como este e dizer que as pessoas desviam dinheiro no Município. Você tem de formalizar. Acho que caberia à Câmara Municipal investigar se o Município desvia dinheiro federal, indicando, inclusive, quem foi o responsável pelo desvio.

Com relação às obras, Fábio, é o seguinte: temos o nosso programa de obras, que já foi feito e que será feito, e que é o maior programa de obras da história de São Paulo. Pode pegar os números do passado. Temos dificuldade de construir porque é difícil achar terreno. Tivemos de correr atrás de vários terrenos. O Vereador Chagas até me ajudou a negociar um terreno complicado que era um campo de futebol para construirmos escola. Teremos de refazer isso. Quando tem um campo de futebol tem uma lei da Erundina, acho, que proíbe, mesmo que o terreno seja público, que se construa escola ali. Temos de arrumar outro campo de futebol. Tem questão ambiental. Agora no Campo Limpo tem uma escola chamada Oliveira Viana, no Jardim Ângela, que está em três turnos e que achamos um terreno para construir e tirar ela de três turnos. Chegamos lá e o terreno é do tamanho que a Secretaria de Obras precisa para construir. Só que a Lei de Uso e Ocupação do Solo não permite que se construa dois andares. Então, vamos ter de desapropriar mais terrenos próximos. Recentemente foram publicados no *Diário Oficial do Município* uma série de declarações de utilidade pública para terrenos para

estas novas construções. O pacote que vai sair agora prevê a construção de 28 EMEFs, 67 EMEIs e 61 CEIs. Esse é um pacote no que o Secretário falou do pré-moldado. Além disso, existem construções que eles chamam em Siurb e Edif de novo padrão tradicional, não é o pré-moldado mas é uma obra que demora um pouco mais e que vai ser construída. Por minha solicitação, mesmo que não tenhamos volume, e eu espero que tenhamos, de construção, para garantir, porque procuramos uma série de terrenos, vamos manter, pela primeira vez, um banco de dados com os terrenos para a construção de escola para que as próximas gestões possam utilizar especialmente no começo do ano. Com relação à merenda escolar é um caso bastante interessante, muito importante foi oportuno o senhor ter citado, não posso falar de João Pessoa, ainda estou em São Paulo, mas por São Paulo posso falar e tenho orgulho do que fizemos com a merenda escolar. Recebi a merenda escolar em 2009. Três meses depois estourou um escândalo, uma investigação do Ministério Público em vários municípios brasileiros. Ele indicava São Paulo como um dos problemas. A primeira coisa que fiz foi colocar uma pessoa que não era da área para cuidar da merenda. É o Procurador do Município, funcionário público, que fez um trabalho extraordinário por lá. Ele não tem compromisso com nada, com empresa, com político, etc. Foi lá e fez. Para a gente ter uma idéia do resultado desse trabalho temos hoje custos de merenda mais baixos do que quando a merenda foi terceirizada foi implantada em São Paulo. Em valor absoluto. Todos em valor relativo são mais baixos, mas em valor absoluto temos alguns custos. No ano passado aumentamos o número de escolas terceirizadas e fomos em 118 escolas novas. Gastamos 40 milhões de reais a menos do que no ano anterior. Todos os nossos diretores e profissionais foram formados para fazer a fiscalização da merenda. O cardápio da merenda está publicado no *Diário Oficial* . Internet e na porta do refeitório da escola. Além disso, os alunos têm disponível um prato, que é obrigatório, típico, quer dizer, o que teria de servir, quais são as quantidades para que o aluno possa ver “ah, serviu menos disso aqui do que está no prato”. E o resultado disso é que temos hoje talvez os preços mais baixos do País. Estamos com preços mais baixos do que em

10 anos atrás, tendo a mesma qualidade ou uma qualidade ainda melhor a ponto de o próprio Ministério Público reconhecer que a própria Secretaria da Educação de São Paulo – e reconheceu publicamente – não é investigada pela questão da merenda.

Há outras secretarias, enfim, mas nós não somos.

Com relação a volume de obras, é como eu disse: É difícil fazer e eu tenho duas possibilidades. Ou me preocupo com as obras ou me preocupo com as pessoas. Isso fez com que tivéssemos, na minha gestão, mais do que dobrado o número de vagas em creche em São Paulo. Não posso esperar a burocracia da Prefeitura, a dificuldade de achar um terreno para construir uma unidade de 150 crianças com o volume de demanda que temos hoje. Então, aumentamos os valores, construímos também e fizemos uma série de convênios. Aumentamos o valor que essas unidades conveniadas recebiam para que possam dar um trabalho de qualidade. O salário de um profissional, de uma entidade conveniada em São Paulo, quando eu cheguei era menos de 600 reais, hoje o piso é 1200 reais. Vamos continuar essa política à semelhança com o que estamos fazendo com os da unidade direta. Estamos trabalhando para que esta licitação, esta que deve ser publicada na semana que vem pela Siurb, Secretaria de Obras, Edif, dê certo para que possamos começar essas obras ainda este ano. Basicamente é isso.

Com relação às questões de nosso vereador as PPPs acabaram presas no Tribunal de Contas naquele primeiro processo de PPP. O que está sendo feito, não passa pela Secretaria da Educação, cabe à secretaria indicar a demanda mas o projeto e essas coisas todas estão sendo feitos na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o Secretário Marcos Cintra é o responsável por isso. É a questão de troca de ativos pela construção de creches. A ideia é que não venha dinheiro para a Prefeitura mas, venha o recurso, caso seja aprovado na Casa, em vez de recursos venham números de unidades construídas no valor desses ativos que, caso o projeto seja aprovado e continue, disponibilizados para o setor privado. A construção de escolas, não são só essas. Os terrenos, poderemos passar para a Comissão

ainda hoje a situação de cada um, o que é terreno público, o que é terreno que tenha declaração de utilidade pública mas ainda não tem posse. O que é terreno que já está na fase de admissão de posse, onde estão, acho que isso podemos fazer ainda hoje e encaminhar para os senhores porque é muito importante que vocês nos fiscalizem.

Além da construção estaremos abrindo os envelopes na semana que vem, algo que é sempre situação colocada, que é a da cobertura de quadras. Vamos cobrir praticamente todas as quadras das escolas de São Paulo, já com essa licitação que abre. São mais de 220 escolas e só não entraram neste pacote grande aquelas escolas que também pela legislação precisamos fazer um projeto especial de cobertura. Por que isso é importante? Quando ampliamos para cinco horas de aula a educação física, a educação artística, a informática educativa e a sala de leitura que estavam no contraturno. Todos os alunos não tinham direito a isso, passaram a ter. No caso da educação física passa a ser uma aula regular desde o primeiro ano. Aliás, a partir do ano que vem, o inglês também vai ser desde o primeiro ano na Rede Municipal. Aí, quando chove os alunos acabam indo para o pátio interno da escola, o que atrapalha o andamento das atividades da escola e quando faz muito sol sofrem em demasia por conta de serem pequenos e o sol ser forte. No caso dos CEUs eu já respondi, estamos focados na educação infantil, na redução de turnos. Acho que a Cidade poderá até a ter outros CEUs futuramente mas precisa resgatar esta dívida com a educação infantil e essa dívida histórica, com mais de 30 anos, de as escolas serem organizadas em três turnos, com um monte de alunos dentro da sala. Eu acho que esse é o nosso foco, nosso objetivo neste momento. Já dei várias declarações públicas na imprensa de que acho o projeto do CEU importante para as comunidades em que está inserido. É por isso que continuamos o projeto, construímos mais e estamos dando todo o apoio para o desenvolvimento dessas unidades.

A questão do uniforme é um problema sério para nós. Temos um uniforme que é composto hoje por 15 peças, do tênis ao agasalho. Os alunos não têm o tamanho padrão. Decidimos retirar da escola determinadas coisas. Por exemplo, antigamente a escola recebia

um volume de uniformes e ali os professores ficavam separando o tamanho dos meninos. Resolvemos retirar isso, como retiramos o leite que hoje é entregue pelo correio. Era uma demanda das escolas. Para isso o que precisamos? Medir as crianças antecipadamente. Muitas vezes esta medida tem problemas. Esse ano até não foi tão ruim. A mãe, às vezes, confunde os tamanhos e precisamos de um documento assinado pela mãe. Vamos melhorar para o ano que vem. Além disso, estamos dando 15 peças para quase um milhão de alunos. É como se a gente desse uma peça para cada habitante do município de São Paulo e ainda sobraria para Campinas e Santos dividirem um pouco. É uma logística muito complicada. Talvez tenhamos de estudar outra forma, eventualmente criar um cartão que o pessoal receba em dinheiro e faça isso de outro jeito. Essa é uma alternativa. Tenho trabalhado para garantir com que os prazos sejam menores. Esse ano até iria ser menor, mas tivemos um problema de licitação que ficou presa no Tribunal de Contas até meados de dezembro. E, com preços, altíssimos. Estavam, na pesquisa de mercado em torno de 140, 150 ou 160 reais o kit de uniforme.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** - Esse kit corresponde aos 15 itens que você mencionou?

**O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER** - Exatamente. Daí, premidos pelo tempo, porque se começássemos uma licitação teríamos de começar em fevereiro, ou na metade de janeiro, quando os recursos estão liberados para fazermos, e premidos pelos preços que se anunciavam, pelo que as cidades vizinhas a São Paulo estavam pagando, aderimos a uma ata do Rio de Janeiro e estamos pagando 97 reais em vez de pagarmos 150 reais. Agora deveremos fazer a nova licitação, ainda este semestre, e a ideia é verificar se contratamos uma logística em separado para nos ajudar a fazer melhor. É sempre uma dor de cabeça para a Secretaria, para os diretores e, especialmente, para os pais. Hoje estamos do meio para o fim da entrega, deve terminar nos próximos 15 dias. Como eu falei tem os meninos que são mais altos, magros, outros são diferentes. Não tem um tamanho padrão. O meu filho,

por exemplo, de nove anos, calça 42. Basicamente temos de fazer isso. Rever a logística. Acho que esta é uma crítica importante.

Com relação aos bancos de dados temos a rede mais inclusiva do Brasil. Vamos tomar uma medida. A Fátima está aqui, terminando de escrever a portaria: vamos priorizar os alunos com algum tipo de deficiência. Isso quer dizer o seguinte: se chegarem dois o que tem deficiência tem prioridade na fila.

Acho que é importante fazer um censo e integrar os bancos de dados, mas o mais importante é a também garantir a inclusão. Por isso acho que a gente podia fazer uma discussão exclusiva sobre isso, porque ela acaba afetando a mãe, a criança, o professor, o diretor de escola, a comunidade. E a gente tem chance de melhorar esse programa na Prefeitura. Seria muito bom a gente fazer.

A questão do censo, talvez a gente devesse estudar como ele se relaciona com os censos nacionais que já nos dão muitas informações. Por exemplo, acabou de sair o censo do IBGE, de 2010, que deveria servir para a gente, tanto a Câmara quanto o Executivo, trabalhar as políticas, especialmente as políticas sociais. O Brasil mudou muito em dez anos, graças a Deus para melhor. Os próprios índices da Fundação Seade, que são muito utilizados para políticas públicas, vão precisar ser atualizados agora. O que se tem é de trazer o que o censo de 2000 dizia e tentar estimar alguma coisa. Agora, com o de 2010, a gente já tem o número. E lá tem inclusive quantas pessoas não são alfabetizadas, quantas pessoas pararam os estudos e em que períodos, o número de crianças por faixa etária. Acho que a gente poderia começar trabalhando com o censo. Não sou contra, mas acho que a gente teria um dado que é comparável com outros lugares do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Tem a palavra o Vereador Cláudio Fonseca.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Sr. Presidente, inicialmente, até para fazer justiça, eu, além de Vereador, sou presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação do Ensino

Municipal de São Paulo e já passei, nesta condição, por várias gestões.

Recordo-me de ter negociado com o Prefeito Mário Covas, ter tentado negociar com o Jânio Quadros, ter passado pela administração da ex-Prefeita Luíza Erundina, pela gestão dos Prefeitos Maluf e Pitta, Prefeita Marta Suplicy, Prefeito Serra e Prefeito Kassab. Dialoguei com bons secretários, com disposição de interpretar os sentimentos e necessidades da população; com outros reticentes e nada inclinados a dialogar e reconhecer as necessidades da população. Também tive experiência, mesmo em governos autoritários, de negociar com pessoas com mentes mais abertas.

Até para fazer justiça, o Secretário Fadul, que não era do nosso meio, não foi Secretário de Educação, mas Secretário de Gestão, com quem tivemos excelente diálogo e oportunidade de organizar o quadro dos profissionais de educação. Até então havia somente o Estatuto do Magistério, portanto o disciplinamento dos direitos, deveres, vantagens somente do magistério, docentes e gestores de educação. Depois, com a compreensão de que todos os profissionais de educação que estão vinculados à atividade fim do processo ensino-aprendizagem devem estar no mesmo quadro, em 1993, na Gestão Maluf, mas com aquele Secretário, conseguimos organizar o quadro dos profissionais de educação.

Isso deu condição de a Prefeitura do Município de São Paulo organizar o quadro de pessoal, planejar melhor as contratações, estabelecer modo de pessoal nas unidades e ter uma secretaria de recursos humanos talvez com mais facilidade de planejar inclusive as suas despesas. Então, do ponto de vista dos recursos humanos, ter um quadro, ter uma carreira que de certa forma o conjunto dos servidores públicos reclama. São poucos os profissionais da Prefeitura de São Paulo que têm um quadro e uma carreira organizados.

Então a primeira questão, até para fazer justiça, é cumprimentar V.Exa. por ter interpretado um sentimento que não era só dos profissionais da educação, mas também da população de São Paulo, por nos atender e retirar a gestão dos programas de distribuição de uniformes e de leite do interior da escola. A reclamação devia-se ao tempo apropriado para o

manuseio, distribuição, estocagem de uniforme e de leite; roubava espaço físico da escola e o tempo dos profissionais de educação que deve ser dedicado ao processo ensino-aprendizagem. Essa é uma decisão que deve ser relevada não só pelos profissionais da educação como positiva, mas pelos cidadãos que reclamam uma educação de qualidade. Escola não é espaço para estoque de uniformes, professor não é distribuidor de uniforme, não é distribuidor de leite e a escola é um espaço e um palco privilegiado para o processo de ensino-aprendizagem.

Estou dizendo isso porque não foi fácil a decisão. Iniciou quando V.Exa. assumiu a Secretaria, logo na saída do Secretário Pinotti, e foi um dos primeiros diálogos que eu estabeleci como presidente do Sindicato com o Secretário, colocando os prejuízos que estava causando à educação, com algumas escolas que tinham salas de leitura e salas de informática sendo desmontadas para virar depósitos de leite, furtos recorrentes.

Foi uma negociação e esse processo de numa greve de 17 dias, convocada pelo Sindicato dos Profissionais da Educação e, diferentemente da maior parte das greves que têm como foco a questão salarial, essa era por condições de trabalho e para discutir a devolução do espaço escolar para a prática do ensino. Então quero cumprimentar V.Exa. por essa decisão e tomara que não tenhamos retrocesso - com V.Exa. tenho certeza de que não haverá -, que não tenha no futuro essa identificação do espaço escolar como depósito de uniforme e de leite.

A segunda questão que merece ser registrada é a questão da prioridade. Sem fazer avaliação, juízo do acerto ou erro de construção de CEUs, acho que se tem de definir prioridade. Hoje o que é reclamado na cidade de São Paulo e apontado como um dos grandes problemas no atendimento à educação básica? É a falta de vagas na educação infantil. Um Centro de Educação Unificado tem um custo estimado de 27 a 32 milhões de reais, dependendo de onde vai ser construído.

Nem sempre a demanda está localizada onde se constrói o Centro de Educação

Unificado, ainda que tenha uma intervenção urbana importante. Com 27 ou 32 milhões de reais é possível construir pelo menos dez, doze ou mais escolas de ensino fundamental e talvez 20 escolas de educação infantil. E se reclama justamente a necessidade de atender a essa demanda por educação infantil. A população foi identificando que o processo educativo começa ainda na primeira infância e que as crianças que têm essa oportunidade têm um desenvolvimento de aprendizagem e de conhecimento muito superior. Não é só porque a mãe trabalha, não, que tem de atender à mãe que trabalha; é um direito subjetivo da criança e é importante que seja atendido no espaço coletivo de aprendizagem, de ensino, na educação infantil.

A decisão de, enquanto não for atendida totalmente a demanda de educação infantil, não se expandir a rede de CEUs é oportuna, senão não se estará interpretando a reclamação geral da população de que faltam vagas na educação infantil. Não é no ensino fundamental. O ensino fundamental está quase universalizado e se o Governo do Estado assumir de fato a sua responsabilidade de atender à demanda e não jogar nas costas do Município – é uma coisa que temos de discutir -, não temos falta de vagas no ensino fundamental.

Você pode até dizer? “Olha, mas onde tem necessidade não está a escola”. Por essa razão foi criado o transporte escolar. Como a escola não tem rodinhas, é mais fácil levar a criança até a escola do que levar a escola até a criança. Então é uma questão de planejamento e alguns passos foram dados. Acho que se deveriam observar inclusive as responsabilidades do Governo do Estado. Não quero constranger ninguém, mas sei que, comparado à expansão da rede física escolar no Município de São Paulo, através da Prefeitura do Município de São Paulo, e a expansão da rede física escolar no Estado, a Prefeitura construiu muito mais; tem construído e tem atendido a uma demanda, enquanto lá tem redução no atendimento, principalmente no ensino fundamental, aqui tem expansão no atendimento e não há compartilhamento, muitas vezes.

Então, essa decisão eu reputo como acertada e seria um erro estarmos hoje com o foco na expansão dos Centros da Educação Unificada.

Não sei quanto, mas imagino que deva ser significativo o percentual de comprometimento das receitas vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, com os 45 CEUs. E não podemos criar distorções. Uma rede de 1,3 mil equipamentos e tenho 45 CEUs. No dia em que os custos dos CEUs significarem 30 ou 40% da manutenção de toda a rede é por que algo está errado. Então, acho que esse posicionamento está correto.

A terceira razão do comentário positivo, e eu sei como presidente do sindicato, mas também como Vereador, que demandamos, da Secretaria Municipal de Educação, do Governo Municipal – dos vários governos municipais que passaram – que escola não é só a edificação, são as crianças, aliás objeto principal da política pública, e seus profissionais, os quais efetivam os objetivos da educação.

---

Em 2006, traçamos um entendimento para que tivéssemos uma política de valorização dos profissionais de educação, fato que é visto, hoje, por muitos governos do Brasil, como estratégico. Mas negociamos isso em 2006, quando formalizamos um acordo e seria desonesto afirmar que esse acordo não vem sendo cumprido.

Fixamos, na ocasião, que deveria ser elevado o piso salarial da categoria, respeitando a estrutura da carreira e mantendo a estrutura da tabela de vencimentos, o que reflete exatamente essa intenção de ter um desenvolvimento na carreira. Então, paulatinamente, ampliaremos o piso salarial através de bônus, mas há um objetivo: incorporar esse bônus para não haver descolamento entre a remuneração do ativo com o aposentado; do ativo com o readaptado; do ativo com a pessoa em licença médica. Traçamos isso, nesse passado recente, que é a vinculação como garantia de haver a incorporação. Mas, de qualquer forma, havia um foco: atrair para o magistério os profissionais habilitados, colocando, claramente, que não há possibilidade de manter a Educação com qualidade, se não investir em recursos humanos.

Chegamos ao ponto desejado? Não, mas é fato que sair do piso de 1,2 mil a 1,6 mil, foi um esforço nosso, os profissionais de Educação. E isso aconteceu de forma independente. Deixo claro que jamais renunciemos ao nosso dever de pressionar o poder público para investir o que deve ser investido na área de Educação, investido muito bem, além de ter controle social sobre os recursos investidos.

Não raro, vez ou outra, estamos nas ruas, pressionando o governo para poder abrir, fazer a negociação e avançar nela. Exatamente como fizemos: para instituir o piso de 1,95 mil que seu na forma de complemento além de padrão. Depois do valor de 1,95 mil, negociamos 2.292,17 – valor aprovado pela Câmara Municipal. Nesse caso, inclusive, avançamos um pouco mais naquele mês inteiro de negociação, com voto inclusive do nobre Vereador Francisco Chagas, do PT, aliás, na verdade, por unanimidade na Casa, refletindo a preocupação dos parlamentares na valorização dos profissionais de Educação.

---

Mais recentemente, fizemos outra negociação, de um processo iniciado em fevereiro, encerrado em 28 de abril, no sentido de elevar o piso para 2,6 mil por uma jornada de 30 horas semanais de trabalho, quando temos clareza e sabemos que o piso nacional, hoje, é 1,147 mil, se não me falha a memória, por 40 horas, relógio; nós temos 30 horas relógio igual a 2,6 mil, quer dizer, não é o suficiente e não achamos também que o Brasil, interessado em edificar um sistema nacional consolidado e eficiente, pode oferecer aos seus profissionais de educação – aqui ou em qualquer canto do País – uma remuneração de mil e poucos reais por 40 horas semanais de trabalho.

Recentemente, uma professora fez sucesso no *twitter*, reclamando sobre a remuneração dela e a distribuição de uma determinada merenda, algo assim, e de que ela não podia comer a merenda escolar, tão baixa era a referida remuneração.

Então, estamos registrando que a Cidade de São Paulo possui um orçamento, com previsão de receita de 35 bilhões de reais. Temos verba vinculada para manutenção e desenvolvimento do ensino e temos ainda verba vinculada para a chamada Educação

Inclusiva. Sou contra essa denominação Educação Inclusiva, pois não é nos termos da inclusão dos alunos, mas nos foi apropriado 6% para políticas sociais.

Por isso, em relação ao uniforme e o leite, o melhor local para poder fazer a distribuição e o cadastramento seria a Secretaria de Assistência e Promoção Social, embora tenha gostado da sugestão de V.Exa. para que pudessémos identificar as pessoas que de fato precisam da indumentária, uma vez que não existe a obrigatoriedade de uniforme. Nenhuma criança, nenhum aluno pode ser constrangido ao frequentar a escola sem uniforme. Isso é lei.

Então, essa história de uniforme, de distribuição, deve ser muito boa para o distribuidor e para quem vende o uniforme, uma vez que ele não é obrigatório. No meu entender, deveria haver, na verdade, um cadastramento das famílias que necessitam do recurso e precisam ter o vestuário, ou seja, não negar a ninguém que precise. E isso deveria ser considerado como um programa de assistência social, de promoção social e de distribuição de renda. Por exemplo, que se fizesse a conversão do valor, ainda que seja para todos, num cartão, para que a indumentária possa ser comprada e isso seria muito mais célere, mais rápido e eficiente.

De certa forma, enxugaríamos uma parte da máquina administrativa para fazer a gestão desse programas e as pessoas poderiam adquirir o uniforme. Como disse o Sr. Secretário, distribuir um milhão de uniformes, imaginem, no final do ano tem as medidas da criança e, ao chegar no início do ano, ele cresceu e tem outras medidas. Daí as fotos dos jornais estampam os alunos com as calças no meio da canela, mas não lembram que estão em fase de desenvolvimento. As famílias que compram o vestuário para seus filhos sabem que, de um ano para o outro, as medidas mudam.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** - Nobre Vereador, só observando que há mais um pessoa inscrita e, obviamente se inscreveu após o tempo estabelecido, mas ainda temos dez minutos

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Vi que o Sr. Fábio está inquieto e talvez ele já queira

declinar o nome da pessoa que desviou o dinheiro do Pró Jovem Urbano. Para nós, vai ser muito bom e quero também.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Não, cabe a quem denunciar, óbvio. Cabe apresentar e formalizar a denúncia quem a fez. Eu e o nobre Vereador Francisco Chagas não deixaremos passar em branco uma denúncia como essa.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** - Já peço que encaminhe para a Comissão de Educação o relato desta comissão.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Isso, para investigarmos. Estou aguardando a formalização. O Sr. Secretário pediu para complementar, pois, geralmente, as pessoas se recolhem quando há uma denúncia dessas. Mas o Sr. Secretário disse: “Quero que formalize”. E nós também, da comissão, queremos que formalize quem é essa pessoa que desviou, quanto desviou e em quais circunstâncias. O dinheiro é público e não pode haver desvio.

Agradecemos a sua denúncia, mas agora falta V.Exa., se quiser fazer hoje ainda, vi sua inquietude.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Então, vamos aguardar.

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário o seguinte: temos em andamento o Plano Municipal de Educação - e como não vim na LDO – gostaria de já constar a implementação das diretrizes e metas que serão constantes desse plano. Entendo que não há possibilidade de serem desconsideradas, tanto na LDO, como na Lei Orçamentária, as diretrizes e metas previstas no Plano Municipal de Educação.

Se o que foi trazido nos anexos da LDO está em consonância, em concordância, com aquilo que V.Exa. já tem discutido sobre a proposta do Plano Municipal de Educação e quando - qual é a previsão – de ser encaminhada à Câmara Municipal.

Faço isso, pois V.Exa. ao chegar, mencionou que veio da Assembleia Legislativa,

onde, na reunião da Comissão de Educação, aconteceu a discussão sobre o Plano Nacional de Educação. Como é um diálogo entre União, Estado e Município, no sentido de planejar as ações da Educação na Cidade de São Paulo, gostaria de ouvi-lo sobre o Plano Municipal de Educação.

A outra questão, que não vi constar da LDO, é sobre a aprovação da lei na Câmara Municipal que dispõe sobre a constituição de 13 Conselhos Regionais de Gestão Participativa na Educação.

Conversei muito com o Secretário e ele disse: “Isso é extremamente importante para que tenhamos a participação da comunidade no acompanhamento das metas e diretrizes da Educação, pois muitas vezes, há interesse no estabelecimento do diálogo sobre conteúdos programáticos, e também pela participação democrática da população, mostrando as dificuldades a todos”. Por exemplo, há demanda para construção de uma escola, mas as pessoas nem sabem que não há áreas disponíveis. Então, é compartilhar. Entendo, portanto, que deveria constar da LDO a implementação dos 13 Conselhos Regionais de Gestão Participativa. Inclusive, prevê a participação de pais e alunos, de profissionais de educação, a composição está definida. Então, precisamos implementar os 13 Centros.

Também tivemos um bom diálogo na constituição de 13 Centros de Formação dos Profissionais de Educação. Em audiência pública da LDO, no ano passado, V.Exa. destacou bastante e até apontou que via como insuficiente os recursos destinados à formação – desculpem, não foi LDO, mas sim do Orçamento. Considero, e continuo considerando, que eram insuficientes. Mas, numa cidade com pouca mobilidade, não adianta construir um centro de formação num local central ou não. Então, poderíamos ter em cada uma das diretorias regionais de educação, um centro de formação para os profissionais de educação, sejam gestores, pessoal do quadro de apoio e os educadores.

Creio que também na LDO deveria constar, pois isso gerará despesas e, no Orçamento, temos como quantificar os valores a serem destinados tanto à instituição dos 13

conselhos gestores, de gestão participativa, como centros de formação.

Novamente, digo a V.Exa que a questão da formação dos profissionais também indica valorização e ela é central, estratégica, como tem sido reconhecido com a formação de 15 mil educadores para os programas de Educação Inclusiva.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Antes de passar ao Sr. Secretário, passarei a palavra, por três minutos, à Sra. Joselina Bastos.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Sei. Concederei logo a seguir. Mas só vou informar ao conjunto do Plenário que não passarei a palavra para mais ninguém, até porque, no início, estava amplamente aberto para que todos pudessem se inscrever.

Então, no máximo três minutos, a Sra. Joselina, depois ao Sr. Fábio, e devolverei ao Sr. Secretário para concluir.

Temos dez minutos até o encerramento.

**A SRA. JOSELINA BASTOS** – Bom dia a todos, peço desculpas ter feito a inscrição depois. É que só me ocorreu a questão durante os pronunciamentos.

Gostaria que o Sr. Secretário falasse um pouco sobre a sistemática da matrícula. Agora, ela é conjunta: Estado-Prefeitura; é feita através de um sistema *on line*, e não na unidade escolar e tem um processo de bastante transparência, tanto na educação infantil, como no caso no ensino fundamental.

O que desejo colocar é que chegaram ao gabinete do Vereador Claudio Fonseca, de quem sou assessora, algumas dúvidas que não foram possíveis entender. Por exemplo, uma mãe, moradora em frente à escola, a EMEF Guilherme de Almeida, não conseguiu que seu filho, saído da EMEI, do lado da casa dela, fosse matriculado na EMEF em frente.

Essa criança, no primeiro ano, tinha de caminhar 1,5 quilômetro por ter ido para uma escola estadual que não tem transporte escolar. Aliás, essa é uma outra questão: os pais

preferem a rede municipal justamente por dispor de transporte escolar, do uniforme, do programa Leve Leite, benefícios que na rede estadual não tem. Mas, pelo menos, o transporte escolar, uma vez que integrou a matrícula, tinha de integrar também as condições de acesso.

Então, deveria ter uma conversa entre o Secretário Municipal de Educação e o Estadual para que se garantisse um acesso igualitário, porque, se tivesse a perua escolar, o transporte escolar também na rede estadual, não haveria esse problema. E queria entender se é o CEP o critério da fila ou se a fila é a ordem de chegada. Pelo que observei – perguntei aqui e ali -, respeita-se a fila, mas também o CEP. Mas se aquela mãe que mora em frente chegou à fila depois – na fila eletrônica, porque é tudo on-line: a mãe tem de fazer o cadastro na escola, o qual é colocado no sistema on-line e há uma fila. Só que também tem o CEP. Então, acho que às vezes a criança que está mais longe da escola ficou também na escola longe e a que estava perto, que mora em frente à escola, não pôde ser matriculada. E uma mais longe foi matriculada nessa escola. E deixou de ser matriculada em uma escola perto. “Ah, mais os pais têm a escolha, eles fazem a escolha”. Esta é outra reclamação: os pais querem escolher a escola.

Então, sei que é difícil, é complexo, porque às vezes o pai vai indicar uma escola mais longe porque é municipal, para ganhar o leite, o uniforme. Sabemos que existem essas coisas. É complexo. Então, não teria de unificar esse acesso pelo menos? E as condições?

Outra perguntinha bem rápida. Não sei se entendi mal, mas o senhor falou que pretende dar prioridade na matrícula para os alunos com necessidades especiais? Gostaria que esclarecesse isso, por favor.

**O SR. FÁBIO** – Boa tarde novamente. Só uma nota de esclarecimento. Logicamente ninguém vai ouvir nem da minha boca nem da minha pena nomes de pessoas que denunciaram. Sabe por quê? Porque para isso tem de ter provas, e cabe à Câmara fiscalizar. Vai ouvir da minha boca, com certeza, e dos representantes a não utilização da verba. Estou pedindo um prazo para que... Por exemplo, em 2008, se não me engano, 87

milhões de reais não foram utilizados. Se foram utilizados para outra coisa, isso precisa ser colocado em documento. E tenho certeza de que o Secretário é uma pessoa honesta, proba, assim como sua equipe. Claro que não vou sair caluniando as pessoas. Vou colocar, sim, no documento, a realidade orçamentária dessa questão. Vou dar a informação de que o ProJovem Urbano está na Secretaria de Educação e 2010 está aqui, dotação 81318. Se em 2011 saiu da Secretaria, é culpa do planejamento, que não nos mostra o orçamento. Aliás, hoje vai ter nova denúncia protocolada.

É isso. Espero que tenha esclarecido. Peço desculpas se houve algum mal-entendido, mas, certamente, teve um ano em que 87 milhões dessa verba não foram utilizados. Se foi desviada ou não, o documento vai mostrar. Só que não por pessoas, não tenho condições de falar.

É esse o esclarecimento que queria dar.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Foi passar a palavra imediatamente ao Secretário Alexandre, até porque estamos no nosso tempo limite. S.Exa. fará uso da palavra, responder e esclarecer as questões.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Claudio Fonseca.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Pelo que entendi, o Fábio retirou a denúncia de desvio praticado por alguma pessoa, dizendo que não foi aplicado o recurso. É isso?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Para ficar bem claro, porque na sua primeira intervenção, ficou...palavras não têm pernas, mas propagam. De qualquer forma...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Entendi. Você retirou...

**O SR. FÁBIO** (Fora do microfone) – Em termos, retirei.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Acho que não temos de esticar mais esse assunto, mas o que entendi, desde o início, é desvio de modalidade de aplicação, não de

mal uso do recurso. Foi isso que entendi desde o início.

Passo a palavra ao Secretário.

**O SR. ALEXANDRE SCHNEIDER** – Queria agradecer as palavras do nobre Vereador Claudio Fonseca, que é bem mais bonzinho do que no privado. Ele é muito duro. Pessoalmente, é um sujeito bem duro comigo lá. Mas temos construídos essas coisas todas juntos. Isso tem sido muito importante, não só com o Claudio, mas com outros sindicatos, outros Vereadores. Acho que é por isso que temos encaminhado bem.

Com relação ao Plano Municipal, fizemos uma discussão que envolveu a cidade inteira, tivemos mais de 30 mil pessoas participando, seis mil propostas aprovadas na conferência municipal. Foi um processo difícil porque optamos por fazer um processo muito democrático, a sociedade civil tinha mais representatividade e força na comissão de sistematização do que a própria Secretaria. Está aqui a Rita que começou este projeto de forma extraordinária e caminhamos bastante.

De lá para cá, fizemos a sistematização destas propostas e como temos uma proposta do MEC, colocada na Câmara Federal, nosso objetivo foi alinhar aquilo que existia na proposta do MEC, com as propostas que vieram das discussões que nós fizemos. Óbvio que fizemos um alinhamento, tendo um pouco mais de ousadia em algumas metas porque estamos numa condição melhor do que o Brasil em várias situações, embora tenhamos muitos problemas em São Paulo. E agora, estamos finalizando um documento para encaminhar à Casa.

O que vai ser encaminhado? O plano propriamente dito, com poucas metas e estratégias na linha do que foi proposto pelo MEC para que as pessoas possam cobrar junto com um diagnóstico, com as linhas de base para cada meta, de onde estão saindo. Esta foi uma solicitação da sociedade civil, e todas as outras propostas aprovadas, mas que não se configuram numa lei, de que haja um plano para que esta Casa possa eventualmente transformar em lei, ou trabalhar numa legislação a partir do que a população já colocou.

Como o plano não foi aprovado, talvez o que devemos fazer é, caso a aprovação seja feita pela Casa este ano, ao menos mexer na lei Orçamentária, para indicar aquilo que está no plano, fazer este casamento. Não sei se dá tempo por conta dos prazos da LDO, vai depender muito da Casa e do tempo que a gente demorar para trazermos para cá. Esperamos trazer em um mês ou um mês e meio no máximo. Sou favorável em colocar os Conselhos Regionais na LDO, acho que é importante, pois abrimos um espaço de apoio às DREs de cobrança, enfim, é importante que estes Conselhos se fortaleçam com a presença dos pais, professores e alunos. Então, acho que esta sugestão deve ser aceita. Os 13 centros regionais de formação também acho que temos de colocar na LDO.

Para terminar, as questões da Joselina. A questão toda é a seguinte: não é só por causa do leite e do uniforme que há esta preferência. Hoje, dificilmente, um aluno do ensino fundamental volta para casa porque não teve aula. Isso acontecia há muito tempo, hoje não mais, hoje há módulos nas escolas, temos uma escola mais organizada, menos alunos por sala. Agora, existe uma preferência e a nossa briga com o Estado foi a seguinte, e foi muito clara, se nós construímos mais para acabar com o terceiro turno e para reduzir o número de alunos por sala, nós vamos brigar por isso, para que tenhamos um número adequado de alunos por sala.

Hoje, não temos 40 alunos por sala no ensino fundamental, ou 42, 43, como já teve. E os primeiros anos começam com 30, quando muito com 32. Essa escola que citei, o Oliveira Viana, que é uma escola que ainda tem três turnos, começou suas primeiras séries este ano com 25, e essa é a nossa briga e isso causa uma série de constrangimentos por conta desta preferência.

Agora, um sistema que é comum é, às vezes, quando você pega por CEP e acaba cometendo algumas injustiças, porque a área de CEP é relativamente grande, e este ajuste tem de ser feito a seguir. Vou dar um exemplo, que não é CEP, mas um setor educacional, que é um pouco menor. No Bom Retiro, às vezes, temos problema na educação infantil porque o

setor é tão grande que os pais não querem matricular porque estas unidades estão em duas pontas do setor educacional. Então, depois tem de ser feito um ajuste fino. Não posso ter nenhum tipo de ingerência sobre o Estado nesta coisa do transporte escolar, mas garantimos o transporte e procuramos garantir que a criança esteja perto de casa.

Há coisas que são mais graves para que resolvamos no sistema. Às vezes, separamos irmãos, o que é um crime, depois para arrumar demora um tempo. A partir do ano que vem isso não vai mais acontecer. Estamos trabalhando para o sistema ser cada vez melhor, em parceria com o Estado. O Secretário tem se mostrado bastante disposto a dialogar com o Município, mas o histórico é um pouco o que o Claudio falou: sempre o Município ficou numa situação frágil, na questão da distribuição dos alunos, hoje não fica mais.

Na zona Leste, por exemplo, o Estado acabou com o terceiro turno nos anos 90 em algumas regiões e lá na zona Leste você tinha três escolas do Estado com dois turnos e uma municipal com três, lotada. Essa foi uma negociação que foi feita ano passado.

Portanto, vamos continuar lutando para reduzir os turnos, menos alunos por sala de aula e ter as escolas de forma adequada. Temos tido um excelente diálogo com o atual Secretário, tem sido bastante tranquilo, e ele tem sido bastante parceiro da Cidade, como tínhamos também com os Secretários anteriores.

A prioridade da matrícula é para ação judicial. As mães com ação judicial acabam passando na frente no caso de ganhar a ação furando a fila. Estamos estabelecendo um termo que é o seguinte: se eu tiver dois alunos na fila da educação infantil e um deles tiver deficiência, ele vai ser o primeiro. Porque é justo que seja assim e obviamente precisamos com isso estruturar melhor o sistema para receber. Mas, eu acho que a inclusão é inevitável e temos de garantir isso.

Por fim, separar as duas matrículas na educação infantil hoje nem se o Prefeito quisesse passar alguém na frente da fila conseguiria porque as mães acompanham, o Ministério Público acompanha, está tudo divulgado na Internet. São Paulo é pioneira nisso,

nenhum outro município publica sua demanda e nenhum publica a fila, essa também foi uma lei proposta nesta Casa e sancionada pelo então Prefeito José Serra. E foi muito importante São Paulo dar o exemplo de transparência com isso.

Gostaria de agradecer os Vereadores Francisco Chagas e Claudio Fonseca e me colocar à disposição, toda a equipe, documentos, planos de obras, quadras, pois é importante que os Vereadores saibam o que está acontecendo.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Obrigado Secretário, quero agradecer a sua presença e de sua equipe, às pessoas que fizeram uso da palavra e ao nobre Vereador Claudio Fonseca, que, aliás, é um especialista na área e muito nos ajudou.

Estão encerrados nossos trabalhos.

---